

## **Armindo de Ceita do Espírito Santo**

Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento (CEsA)

Instituto Superior de Economia e Gestão

Universidade Técnica de Lisboa, Portugal

Centro de Estudos Africanos

Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Portugal

Direcção de Finanças de Lisboa – Serviço de Inspeção Tributária, Portugal

asceita@dgci.min-financas.pt

### **Os constrangimentos ao desenvolvimento de S. Tomé e Príncipe no período pós-colonial**

Este artigo procura discutir os constrangimentos de ordem cultural ao desenvolvimento de S. Tomé e Príncipe no período pós-independência. Tais constrangimentos resultam de importantes ruturas que bloqueiam o seu processo de desenvolvimento e de redução da pobreza. O texto começa por indagar sobre o ambiente social em que se estruturaram os valores culturais dos forros são-tomenses no período colonial, de maneira a compreender os fatores culturais que parecem dificultar o processo de desenvolvimento de S. Tomé e Príncipe no período pós-independência. Por outro lado, o artigo procurará discutir o efeito da rutura social que ocorreu no séc. XIX, com o regresso de europeus ao arquipélago, e que conduziu à despromoção social da elite forra que governava o arquipélago e a consequente perda da sua identidade cultural. No fundo, pretende-se questionar por que razão a nova elite forra, que emergiu na sequência do processo da independência, e que comanda os destinos do país, não foi capaz, até hoje, de promover o seu desenvolvimento sustentável no período pós independência. Adotando antes um comportamento neopatrimonialista e lutas constantes entre os elementos da elite política pelo acesso ao poder para acumulação de riqueza pessoal, o que inviabiliza a busca de consensos para definir uma linha de rumo para orientar o desenvolvimento do país com vista à redução da pobreza das pessoas. Um tal ambiente constituiu oportunidade para o florescimento do empresariado informal da área urbana cujos agentes lutam pela sobrevivência, inventando formas de vida, de maneira à escapar de uma condição de pobreza ainda mais deprimente. Este trabalho é elaborado tomando em consideração o caso de Cabo Verde que, no período pós-independência, apresenta um relativo avanço em termos de desenvolvimento em relação a S. Tomé e Príncipe.

Palavras-chave: desenvolvimento, valores culturais, ambiente social, empresariado informal

## Introdução

Quando se questiona o atraso de S. Tomé e Príncipe em termos de desenvolvimento no período pós-independência, toma-se, geralmente, como termo de comparação o caso de Cabo Verde.

Na verdade, à data da independência, ocorrida em 1975, estes dois pequenos Estados insulares de África enfrentavam os mesmos problemas para o seu desenvolvimento. Isto é, as condições de partida eram basicamente as mesmas nos dois países. É, contudo, importante salientar que S. Tomé e Príncipe era (e é) relativamente mais abundante em recursos naturais do que Cabo Verde. Este facto levou muitos, na época, a admitir que, ao contrário de Cabo Verde que tinha enorme escassez de recursos naturais, S. Tomé e Príncipe apresentava-se com melhores potencialidades para se desenvolver. Porém, a partir dos anos noventa do século XX, o desempenho de Cabo Verde em matéria de desenvolvimento, e por consequência do desenvolvimento humano, tornou-se visível e relativamente mais importante do que em S. Tomé e Príncipe, tal como tem sido evidenciado nos dados estatísticos oficiais locais e do relatório anual do desenvolvimento humano do PNUD e de outras fontes internacionais (FMI, BM, etc.).

A constatação do relativo avanço de Cabo Verde em termos de desenvolvimento em relação a S. Tomé e Príncipe sugere questionar o que é que está na base desse relativo avanço no período pós-independência. Ou dito de outra forma, por que razão S. Tomé e Príncipe não conseguiu colocar-se no caminho do desenvolvimento tal como Cabo Verde? Qual é o principal obstáculo que bloqueia S. Tomé e Príncipe de definir uma linha de rumo para o seu desenvolvimento no período pós-independência?

Para responder a esta questão, procurei indagar sobre o ambiente social em se estruturaram os valores culturais dos são-tomenses e dos cabo-verdianos, na medida em que, para além de outros fatores, parecem existir razões culturais na origem do relativo avanço de Cabo Verde em relação a S. Tomé e Príncipe em termos de desenvolvimento.

É oportuno aqui referir que, na perspetiva antropológica, não é possível compreender a cultura dum povo sem conhecer o ambiente em que os seus valores culturais se estruturaram e no qual esse povo se encontra inserido. O conhecimento desse ambiente em relação a Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe contribui para uma melhor compreensão da razão do relativo avanço do primeiro em relação ao segundo em termos de desenvolvimento.

Pode-se rapidamente definir a cultura como o conjunto das tradições humanas. Tais tradições são invenções, outras vezes reinvenções, ou criações dos seres humanos no seu ambiente social e que se transmitem no tempo (Giddens, 2006). As tradições humanas formam-se num determinado ambiente social e nesse sentido cada ambiente social gera as suas próprias tradições que são apropriadas pelo conjunto dos seus membros. Isso quer dizer que as tradições em Cabo Verde não são as mesmas que as tradições em S. Tomé e Príncipe porque o ambiente social em que

se estruturaram é diferente. Por conseguinte, o ambiente social é determinante das tradições sociais e, portanto, da cultura.

## **A estruturação dos valores culturais em S. Tomé e Príncipe: o passado no presente**

A formação da sociedade são-tomense fez-se em torno das grandes plantações coloniais de exportação e terá sido nesse ambiente social que começou a estruturar-se os valores culturais em S. Tomé e Príncipe. Partindo desse pressuposto, que me parece incontestável, é de admitir que o ambiente social em que se estruturaram os grupos sociais fundamentou-se, primeiro, em torno da cultura de cana-de-açúcar e, mais tarde, após uma longa ausência da presença europeia, do café e do cacau e no modo de produção escravagista e servil e na luta pela posse de terra.

Com o declínio da economia de cana-de-açúcar no século XVI e a retirada dos portugueses e seus filhos mulatos para o Brasil, ficou o arquipélago entregue aos mestiços (descendentes remotos de europeus e mulheres negras) durante cerca de dois séculos. É de salientar que nesse período houve nascimento de mulatos em resultado de cruzamento de europeus com mulheres negras que com eles se prostituíam (Jorge Costa Oliveira, 1993). Tais europeus eram marinheiros de navios que esporadicamente aportavam as ilhas de S. Tomé e Príncipe para se abastecerem de água e algum mantimento, e de invasores que ali deixavam as suas “sementes”.

Durante aquele longo período de abandono, a administração do território ficou nas mãos dos mestiços (elite forra) que se tornaram grandes proprietários de terra e donos de escravos. Embora se possa questionar essa legitimidade da posse e de mando, a verdade é que eles descendem de europeus que tinham sido grandes fazendeiros dos canaviais e administradores do território, antes da debandada rumo ao Brasil.

Durante todo esse período, até o regresso de europeus no século XIX, a sociedade são-tomense estava estruturada em torno dos forros<sup>1</sup> de diferentes escalões com base na propriedade e posse da terra. Assim, a forma da distribuição das terras, que ocorreu entre os séculos XVII e XVIII, e que subsistiu até à revolução agrária do século XIX, com o regresso de portugueses ao território, permite caracterizar a sociedade forra estruturada em três níveis de estratificação social: a elite forra, também designada filho da terra, era proprietária de enormes extensões de terra, pertencia ao primeiro escalão na estrutura social da sociedade forra; os forros proprietários de terra; e os forros sem terra (Eyzaguirre, 1986). Os primeiros eram um grupo social minoritário, descendente dos primeiros moradores do arquipélago e, por isso, embora de pele escura, se intitulavam a si próprios filhos da terra e exerciam o controlo do poder político, administrativo e económico do arquipélago. Os forros proprietários de terra possuíam terrenos de pequena dimensão próximos da capital ou em zonas altas.

<sup>1</sup> Forro é a designação dada aos naturais de S. Tomé e Príncipe seja de origem africana ou de cruzamento de pessoas de outras origens desde a formação primitiva da sociedade são-tomense (Espírito Santo, 2009: pp. 39 e 197). O termo deriva de português e era empregue de início para referir à condição social de “livre” ou “liberto” para as pessoas nascidas em S. Tomé e Príncipe, de origem africana ou de cruzamento entre europeus e mulheres negras, o qual acabou por ser, posteriormente, apropriado pelos nativos.

Os forros de escalão mais baixo (forros sem terra) eram descendentes de africanos de origem mais recente nas ilhas. Os membros deste grupo só conseguiam adquirir terras através de arrendamento de terras do Estado em poder da elite forra e terras dos forros proprietários de terra.

Tem interesse aqui apresentar a composição da população nos primeiros anos do século XIX, em que o grupo social dos mestiços era irrisório. Assim, de acordo com as estatísticas apresentadas em Ambrósio (1984, p. 180), havia em 1814 um total de 7.003 habitantes em S. Tomé, dos quais 3.302 eram homens e mulheres livres, 169 mestiços (pardos e quase brancos) e 21 brancos. Na ilha do Príncipe (ano de 1812), havia 4.875 habitantes, sendo 1.416 livres, 200 mestiços (pardos) e 100 brancos. Os dados do recenseamento de 1830 apontam para um total de 10.089 habitantes (7.017 na ilha de S. Tomé e 3.072 na ilha do Príncipe). De acordo com as estimativas de Lopes de Lima, no Livro II, Parte Primeira, p. 2-A, havia, em 1844, 12.753 habitantes dos quais 8.169 em S. Tomé e 4.584 na ilha do Príncipe. Os naturais eram 7.054, os escravos 5.514 e brancos e pardos 185. Estes dados referem-se a um período de fraco dinamismo económico que contrasta com o apogeu da economia do açúcar no início da segunda metade século XVI em que a população terá atingido entre 15 e 20.000 habitantes (Galvão e Selvagem, p. 204) e o período áureo da segunda metade do século XIX e primeiras décadas do século XX, com as plantações do café e do cacau. Ambrósio (1984, p. 180) refere que a quebra significativa da população entre o século XVII e princípios do século XIX se deveu a morte de escravos e a transferência de outros para o Brasil, e que por essa altura era já irrisória a presença de forros de origem angolara. O seu aumento surgiu com a importação de mão-de-obra vinda de Angola na segunda metade do século XIX.

Os forros sem terra eram depreciados tanto cultural como socialmente devido à sua categoria étnica. Eles tornaram-se livres através da decisão dos grandes senhores da terra (elite forra) que eram os seus donos e aos quais mantinham laços de dependência, e de parentesco ou afinidade em relação a forros de escalão intermédio (forros proprietários de terra). Esta posição permitia a maioria dos forros sem terra obter títulos de posse de terras através de arrendamento entre os membros da elite forra e forros de segundo escalão, uma vez que a posse de terra era essencial à produção ou recolha de bens de subsistência para a sua sobrevivência.

Era neste contexto que funcionava a sociedade forra que se manteve plural durante todo o período de ausência da elite europeia, em que tanto o poder político como o económico se concentrava nas mãos dos nativos. E foi nesse contexto, em torno da posse de terra, que se estruturaram os valores culturais dos forros, marcados por um conjunto de comportamentos para a obtenção de terra, designadamente tráfico de influências junto da elite forra, laços de dependência, subserviência, clientelismo, corrupção, bem como o excessivo desprezo pelo trabalho. Tem interesse referir que durante a ausência da elite europeia, a população deixou as grandes plantações agrícolas e passou a concentrar-se essencialmente nos centros urbanos (cidade e vilas) levando uma vida de relaxamento, pouco ou nada produtiva, já que da natureza provinha-lhe o indispensável a uma sobrevivência precária (Galvão e Selvagem, 1951,

p. 267). Com a retirada dos portugueses e da mão-de-obra essencial das grandes plantações, na sequência do processo da independência do território em 1975, a população voltou a concentra-se, como no passado, nos grandes centros urbanos próximos da capital. Mas, neste caso, as razões são mais de natureza socioeconómica do que cultural.

É de justiça referir que alguns mulatos de origem são-tomense, fixados no Brasil, regressaram ao arquipélago provavelmente entre finais do século XVIII e princípios do século XIX, dotados de elevado nível sociocultural e poder económico. Foram eles que introduziram a cultura do café e do cacau trazidos do Brasil. É sobejamente conhecido o caso de João Maria de Sousa e Almeida que foi o 1º Barão de Água Izé.

Aquela estrutura sociocultural da sociedade forra atrás referida foi profundamente modificada na segunda metade do século XIX com o regresso de portugueses. A modificação foi reforçada com a importação de um número crescente da mão-de-obra de origem africana a partir dos anos 50 do século XIX, que se estendeu até aos anos 50 do século XX (os contratados ou serviçais) para as grandes plantações coloniais e a total despromoção social da elite forra que foi empurrada para o nível do grupo social dos contratados e seus descendentes (tongas). Por outro lado, os novos contingentes do continente africano, muito numerosos, eram portadores de valores culturais mais tradicionais e na crença e prática de rituais do oculto e reduzida capacidade cognitiva (Tenreiro, 1961; Oliveira, 1993). E embora estes se concentrassem nas roças, e os despromovidos forros nos centros urbanos ou nas suas proximidades, a presença de um crescente número de serviçais, com valores estranhos, alterou profundamente a estrutura sociocultural existente antes da revolução agrária do século XIX, através do processo de transculturalidade (Kotter e Heskett, 1992; Gonçalves, 1997; Giddens, 2006).

Por conseguinte, com o declínio da economia do açúcar em S. Tomé e conflitos internos e invasões estrangeiras, os europeus rumaram para o Brasil com os seus filhos mulatos a partir do século XVI, deixando o arquipélago entregue aos mestiços. Estes eram netos de europeus ou o resultado de cruzamentos entre si ou com mulatos. Foram eles que mais de dois séculos exerceram o poder efectivo nas ilhas, eram donos das grandes propriedades de terras e de escravos.

Com o regresso de portugueses no início do século XIX, a questão da posse da terra voltou a estar no centro da estruturação dos grupos sociais. A elite forra que dominava a sociedade durante mais de dois séculos foi colocada rapidamente à margem da sociedade tanto política, social como economicamente e ao mesmo nível dos outros forros de escalão menor, anteriormente dominados por essa elite.

A destruição da estrutura social forra em meados do século XIX conduziu à destruição da sua identidade cultural, definida pela distância social entre a elite forra e outros forros e serviçais (nativos africanos não nascidos em STP). Por conseguinte, depois de marginalizados, política, social e economicamente, a promoção de forros de escalão menor e de serviçais na nova estrutura social significou para os forros a sua despromoção social. Por outro lado, os seus membros tinham sido afastados

de altos cargos que ocupavam na administração pública colonial por novos europeus que ocuparam os seus lugares.

A distância social marcada por uma nova estrutura social em que os forros passaram a ocupar uma posição relativamente superior no mais baixo estrato social do arquipélago significou o aniquilamento da sua identidade cultural na medida em que viram reduzida a distância social que os separava dos outros forros de escala menor e sobretudo em relação aos africanos não nativos que trabalhavam nas grandes plantações. Esta é a questão central que conduziu à destruição da estrutura da sociedade forra e da sua identidade cultural na segunda metade do século XIX, em consequência de acontecimentos relacionados com o regresso de europeus ao território, e que, provavelmente, pode ter, em parte, influenciado o processo de desenvolvimento em S. Tomé e Príncipe no período pós-independência, no sentido em que o novo país viu-se privado da sua elite de origem bem como a ausência de uma classe média com suficiente dimensão, diferentemente de o que acontecera em Cabo Verde.

A partir daí, os forros passaram a viver com enormes ressentimentos pela despromoção social das posições que ocupavam na sociedade forra, antes do regresso de portugueses, que se reforçou com os trágicos acontecimentos de Batepá<sup>2</sup> em 1953, em que muitos forros foram mortos ou mutilados.

Esse ressentimento recalcado parece explicar o radicalismo que os forros manifestaram relativamente a tudo quanto era do regime colonial logo após à independência do território. Eles nacionalizaram todas as propriedades coloniais e substituíram as designações e símbolos do regime colonial, designadamente nome das ruas, das organizações, estátuas, etc. Por conseguinte, a hipotética recuperação da identidade cultural forra conduziu à rejeição da cultura europeia e a afirmação dos valores africanos, contrariamente aos cabo-verdianos que escolheram a via do Atlântico a norte para promover a sua inserção internacional.

Com a independência, o grupo dos forros que assumiu o controlo político e económico do país constituiu-se na nova elite forra, já que aquela elite filho da terra, de origem mestiça, entrou rapidamente em decadência e ruína durante a segunda metade do século XIX (ver Oliveira, 1993, p. 87).

A nova elite forra parece ter recuperado a identidade cultural forra no sentido em que passou a ocupar novamente os altos cargos na administração pública e no governo e acesso e controlo dos bens do Estado, mormente as terras, institucionalizando o neopatrimonialismo, característico da generalidade dos governantes africanos subsarianos, deixando de fora da partilha da riqueza o grosso da população. Esta nova elite forra nada tem a ver com aquela elite forra de origem mestiça que governou o território durante mais de dois séculos e que atrás se referiu. Os membros da nova elite são descendentes de forros de segundo escalão, de forros sem terra, ou de cruzamento entre os grupos raciais presentes no arquipélago depois da revolução agrária do século XIX.

<sup>2</sup> A designação correta é “Bate, pá”. Tratou-se de uma orientação dada superiormente aos polícias que interrogavam os nativos presos injustamente para que os castigassem cada vez mais até que confessassem um crime que não cometeram (ver Espírito Santo, “O massacre de «Bate, pá» e o lugar de Fernão Dias”, in *O Parvo*, S. Tomé, Fevereiro de 2011).

Importa esclarecer que embora a elite forra de origem mestiça tivesse entrado em declínio, os elementos mais importantes da estruturação dos valores culturais, resistentes à mudança, foram justamente os forros sem terra e forros proprietários de terra (forros de segundo escalão), que, por sinal, são, basicamente, os mesmos cuja elite forra pós-independência é descendente. Aqueles valores culturais foram estruturados durante o período de ausência da elite europeia no território, período que coincide com o ambiente social em que os forros exerceram todo o poder de domínio sobre o arquipélago. Tais valores culturais são designadamente o clientelismo, tráfico de influência, subserviência, intrigas, relações de dependência, corrupção e desprezo pelo trabalho. Com a importação de grandes contingentes de mão-de-obra barata do continente africano no século XIX, surgiu de forma vincada um outro valor cultural: a crença excessiva no oculto. Estes são os mesmos valores que ainda hoje caracterizam a cultura são-tomense pós-independência à qual se juntam a mendicidade, o furto, o individualismo, a inveja, a vingança, muitas vezes através da prática do oculto, a vaidade no sentido de Ter (exibição de bens materiais muitas vezes através de esquemas de furto ou de corrupção) e o espírito de fatalidade, no sentido em que a condição de vida que se tem e tudo o mais de constrangedor derivam da vontade divina e contra isso não há nada a fazer. Trata-se de uma ideologia totalmente oposta a dos cabo-verdianos que privilegiam o progresso (“vontade de vencer”) ao fatalismo.

Como o trabalho é desvalorizado, os são-tomenses encontram no furto e na mendicidade esquemas de vida para uma sobrevivência precária. A mendicidade é claramente visível na capital e nas zonas de grande comércio mas é um valor cultural transversal a toda a sociedade são-tomense. Desde políticos até aos de mais baixo escalão social praticam a mendicidade só diferenciando na forma consoante o nível social de cada um. No regime do partido único, os ministros mendigavam junto de Christian Hellinger, que fora um grande investidor estrangeiro residente no país, para receberem géneros alimentícios (uma espécie de ração mensal ou quinzenal) para a sua alimentação. Hoje, diz-se nos meios locais, que é comum um político, no exercício das suas funções, mendigar a estrangeiros, geralmente negociantes, ou a nacionais não residentes, um par de calçado (ténis), telemóvel ou outro artigo qualquer para si ou para seus filhos, ou a políticos de outros países africanos recursos em seu próprio benefício.

As diferentes categorias sociais que emergiram do novo arranjo social pós-independência vivem até o momento presente em condições de normalidade e unidade nacional, sem conflitos de natureza étnica, cultural ou religiosa. Mas essa convivência pacífica não conduziu até hoje à formação de uma identidade cultural própria e de afirmação coletiva em torno das quais o objetivo do desenvolvimento sustentável fosse encarado como um desígnio nacional partilhado por todos, como o é em Cabo Verde. O argumento segundo o qual a boa fertilidade do solo são-tomense permite colher da terra bens de subsistência com pouco ou nenhum esforço humano à alimentação local por si só não parece satisfatório para justificar a ausência de interesse na convergência em torno de um objetivo comum para o desenvolvimento. São os

valores culturais dos forros, resistentes à mudança, que emergiram das várias ruturas no processo de formação da estrutura social são-tomense que melhor explicam a ausência de uma identidade própria, contrariamente a Cabo Verde cuja sociedade se estruturou, desde o início, em ambientes socioculturais sem grandes ruturas sociais, e a partir do início do século XIX, com a progressiva ascensão da classe crioula, a sua sociedade tem-se caracterizado por uma evolução de continuidade e consolidação, com base numa população essencialmente homogénea.

A importação de grandes contingentes de mão-de-obra de origem africana, em consequência da transformação social que ocorreu no século XIX, contribuiu para o surgimento de mais idiomas autóctones em S. Tomé e Príncipe. Assim, embora o seu tamanho territorial (1.000 km<sup>2</sup>) seja quatro vezes menor do que o de Cabo Verde (4.033 km<sup>2</sup>), e uma população, igualmente mais reduzida (menos de um terço da população cabo-verdiana em 2011), tem quatro idiomas autóctones (crioulo forro, crioulo cabo-verdiano, crioulo lunguyé e idioma angular), enquanto em Cabo Verde existe um único idioma local, falado por todos, em toda a parte, embora com algumas nuances entre as ilhas. E se hoje o crioulo forro é falado ou compreendido por todos os grupos sociais e o idioma português o veículo de comunicação privilegiado entre os ilhéus, a presença de 4 idiomas autóctones não deixa de constituir um elemento característico da heterogeneidade da população são-tomense contrariamente à de Cabo Verde.

A vida socioeconómica em Cabo Verde iniciou-se com as plantações de milho, algodão e cana-de-açúcar em Santiago, provavelmente no início do século XVI, vindo o povoamento a estender-se depois pelas restantes ilhas. Tal como S. Tomé e Príncipe, também Cabo Verde passou por um longo período de cerca de dois séculos de abandono pela potência colonial, que ocorreu a seguir ao declínio da sociedade primitiva na segunda metade do século XVII. No entanto, o regresso de portugueses no século XIX, movido pelo dinamismo do porto das águas profundas de Mindelo (Porto Grande<sup>3</sup>), na ilha de S. Vicente, não provocou ruturas no tecido social existente ao contrário de S. Tomé e Príncipe.

Alguns estudiosos admitem que foi durante todo o período de abandono das ilhas até ao surgimento do interesse inglês no século XIX, com o desenvolvimento de atividades portuárias no Mindelo, que se estruturou a identidade cultural própria da população mestiça cabo-verdiana.

Assim, o dinamismo da cidade de Mindelo, que fez renascer o interesse de Portugal pela sua colónia, e a abolição da escravatura na segunda metade do século XIX, contribuíram para a formação das estruturas sociais que se mantiveram até à data da independência do território em 1975.

Por conseguinte, com o declínio da sociedade escravocrata, e após um longo período de cerca de dois séculos, emergiu, no início do século XIX, a sociedade crioula

---

<sup>3</sup> O interesse inglês pelo Porto Grande, que conduziu às intensas atividades portuárias nele desenvolvidas, marcou definitivamente a vida económica e social no arquipélago e constituiu o principal motor de transformação social bem conseguido após o longo período de abandono por Portugal. Mindelo, através das suas crescentes atividades portuárias, passou, então, a ser o centro em torno do qual girava toda a vida económica e social do arquipélago. Para lá foram pessoas das outras ilhas mais próximas trabalhar e viver. Motivado pela sua importância e interesses ingleses, as autoridades coloniais decidiram transferir a capital para Mindelo, onde, ainda hoje, existem desenhos gravados em azulejos representativos dessa atividade naquela época.

ou mestiça. A desagregação gradual das estruturas morgadio-senhoriais favoreceu o desenvolvimento da sociedade crioula e a ascensão económica da classe média (formada por mestiços) que se afirmou sobretudo na administração pública bem como noutros serviços. A emigração desempenhou um papel determinante na ascensão gradual do poder da classe média e dos libertos através das remessas de emigrantes bem como das suas intervenções o que permitiu alargar o campo de ação da classe média na nova sociedade colonial.

As estatísticas sobre a população apresentadas em António Carreira (1984) referem que em 1731, a população total em Cabo Verde era de 30.397 habitantes, dos quais 29,1% eram mestiços e negros 68,2% (livres 51,1% e escravos 17,1%). E em 1807, era de 58.431 habitantes, os mestiços representavam 41,5% e os negros 55,5% (46,6% eram livres e 8,8% escravos). Os dados avançados por Eduíno de Brito (1963), mostram que em 1900, a população total era de 147.424 habitantes, sendo os mestiços 64,2% e os negros 33,2%. Esses dados permitem concluir que a sociedade cabo-verdiana evoluiu de uma população estruturalmente negra para uma sociedade mestiça, enquanto em S. Tomé e Príncipe aconteceu o contrário, pelas seguintes razões: a) fuga de europeus e seus filhos mulatos para o Brasil a partir do século XVI, e b) a crescente importação da mão-de-obra barata do continente africano a partir da segunda metade do século XIX.

A estrutura social cabo-verdiana não sofreu alterações significativas no período pós-independência: mantiveram-se os grandes proprietários de terra, a burguesia comercial, os funcionários públicos e trabalhadores rurais, aos quais se acrescenta no novo xadrez social o grupo dos comerciantes do setor informal da economia (os rabidantes) e, mais recentemente, o grupo dos empresários da indústria e turismo. A presença de uma população essencialmente homogénea (a inexistência de tribos), um único idioma crioulo falado em todo o arquipélago, e a adoção de uma política da não nacionalização do aparelho produtivo parecem ter contribuído para uma evolução normal, sem ruturas, da estrutura socioeconómica em Cabo Verde no período pós-independência.

Há cinco factores que foram determinantes na estruturação da cultura cabo-verdiana: os constrangimentos geográficos que originaram condições de clima muito severas com escassez de recursos naturais provocaram fomes durante longos períodos e mortes por falta de alimentos; uma população essencialmente homogénea desde a formação primitiva da sociedade cabo-verdiana (inexistência de tribos); uma única língua crioula de comunicação entre todos; o abandono da potência colonial durante cerca de dois séculos e, posteriormente, o contacto com povos de ambientes culturais mais desenvolvidos e o efeito da emigração e das remessas de emigrantes. A combinação destes fatores concorreu para a formação da sua base cultural que ainda hoje caracteriza os valores culturais cabo-verdianos. Face a um tal contexto muito desfavorável, a população teve de inventar formas de vida para encontrar respostas para as difíceis condições em que vivia para a sua sobrevivência. Elegeu “no djunta món” (temos de unir os esforços para vencer os terríveis obstáculos em benefício de todos) a que posteriormente se juntou a expressão “nhõs ajuda nhõs”

que significa que uns devem ajudar os outros, para uma vida melhor. Este parece ser o ponto de partida que levou à estruturação da identidade cabo-verdiana, em que predomina o afeto e a comunicação, o que favorece o “diálogo social” e reforça a “coesão social” entre os ilhéus, levando a que os que partem, em busca de uma vida melhor no estrangeiro, mantêm, de forma muito especial, uma forte ligação com os que ficam no arquipélago.

Em S. Tomé e Príncipe, com a independência, a institucionalização de um regime político caracterizado por um controlo social severo, o aprofundamento da prática do comportamento neopatrimonialista, a partir dos anos noventa, e a tendência para o individualismo não favoreceram o espírito de unidade em torno de um objectivo comum para o desenvolvimento.

### **Esboçando o futuro: o presente e o depois**

No ponto anterior, foi discutido o ambiente social em que se estruturou a sociedade forra, que teve lugar durante a ausência da elite europeia, do qual emergiram valores culturais que ainda hoje são dominantes na nova sociedade forra pós-independência. E aos quais se lhe juntaram outros valores culturais em resultado da importação de grandes contingentes da mão-de-obra barata do continente africano, a partir de segunda metade do século XIX (a crença excessiva no oculto), e do período pós-colonial (o aprofundamento da atitude do desprezo pelo trabalho, a mendicidade, o furto, a corrupção, o individualismo, a intriga). Esses valores culturais prejudicam a formação dum base social para o “diálogo social” e retardam ou inviabilizam a “coesão social” para a busca dum objetivo comum para o desenvolvimento sustentável com vista à redução da pobreza das pessoas e constituem o principal bloqueio ao desenvolvimento do país. Por conseguinte, o problema de S. Tomé e Príncipe está nos seus valores culturais que são reativos, precários e resistentes ao progresso e ao bem-estar geral, contrariamente aos valores culturais presentes na sociedade cabo-verdiana (cf. Espírito Santo, 2011b).

A causa do declínio da sociedade forra, e da extinção da sua elite, foi o regresso de portugueses no século XIX que adotaram como estratégia para a sua afirmação a despromoção social da elite forra de origem mestiça. Essa estratégia promoveu uma rutura no tecido social são-tomense na medida em que fez desaparecer a elite forra que dirigia o arquipélago e deu origem a uma relação social diferentemente daquela que existia antes da revolução agrária do século XIX. A nova sociedade colonial baseou-se numa relação social entre exploradores europeus das grandes propriedades agrícolas e explorados (os trabalhadores das roças) sem que daí emergisse uma classe média com dimensão que pudesse ser capaz de encetar um processo de desenvolvimento no período pós-independência, como o foi em Cabo Verde. Mas não se pode daí concluir que foi o regresso de europeus a causa do relativo atraso de S. Tomé e Príncipe em termos de desenvolvimento em relação a Cabo Verde no período pós-independência. O regresso de portugueses ao território criou constrangimentos no desenvolvimento humano local sobretudo pela limitação da liberdade

individual e, por consequência, da instrução, e nessa medida terá contribuído para agravar as condições de base para a promoção do desenvolvimento no território, mas não é sustentável, de todo, que é a causa do atraso que hoje se vive em S. Tomé e Príncipe. São os valores culturais presentes na cultura são-tomense, os quais são resistentes à mudança e ao progresso, que melhor explicam o subdesenvolvimento do país. Por outro lado, a elite forra pós-independência, e os forros em geral, são descendentes de forros sem terra e de forros de escalão intermédio e de outros grupos raciais presentes no território depois da revolução agrária do século XIX. Os mestiços de hoje (inclui mulatos) pouco ou nada têm a ver com aqueles mestiços que governaram o arquipélago durante mais de dois séculos, e que atrás referi. Os novos mestiços (forros de origem mestiça) são descendentes de cruzamentos recentes em consequência da transformação sociocultural que ocorreu na segunda metade do século XIX. Por consequência, os forros da sociedade são-tomense pós-colonial têm os mesmos valores culturais, os mesmos que tinham os forros sem terra e forros de escalão intermédio aos quais se juntaram novos valores já mencionados.

Esses valores culturais dos forros conduziram S. Tomé e Príncipe a várias ruturas no período pós-independência a saber: a primeira ocorreu logo a seguir à independência do território em 1975. Foi a substituição da sociedade colonial por uma sociedade de tendência marxista-leninista que consistiu no seguinte: substituição do sistema político - governativo do tipo colonial pelo paradigma de governação da então República Democrática Alemã (regime de ditadura socialista); substituição do modo de produção colonial por um paradigma económico de direção centralizada e planificada; e substituição de economia colonial de mercado por um regime de controlo absoluto de mercado – estatização da economia (nacionalizações e expropriações). Depois foram muitas outras ruturas, designadamente a introdução dum paradigma parecido com o de economia de mercado, a substituição do regime do partido único pelo multipartidarismo, a substituição da economia das grandes plantações por um modelo de ruralização da economia (parcelamento das grandes propriedades agrícolas distribuídas, à pressa, a pequenos e médios agricultores locais).

Com o multipartidarismo, os conflitos políticos entre membros da elite política local atingiu o clímax e sucederam-se várias quedas de governo entre 1991 e 2009. A nível micro, a generalidade dos projetos não chega ao fim ou não é continuado. Na administração pública, assiste-se a descontinuidade a vários níveis: no sistema de ensino, de justiça, de saúde, etc., com as instituições a funcionarem de forma precária ou mesmo aleatória.

Em termos de fornecimento, há cortes frequentes de energia elétrica, de abastecimento de água, de bens alimentares de importação, etc. No setor produtivo, continuou-se a insistir na economia do cacau apesar do seu ciclo ter chegado ao fim há mais de uma década (Espírito Santo, 2008 ou 2009) e ser o seu custo real de produção por kg superior à correspondente receita de exportação, sendo esta uma variável exógena não controlável pelo produtor/vendedor local, em vez de uma aposta na economia do mar (indústria de pescas, porto das águas profundas para importação e exportação para países fronteirios de África, turismo, pequena indústria

naval, etc.).

Em termos de comunicação espacial, existe descontinuidade entre norte, noroeste e sudoeste da ilha de S. Tomé e esta e ilha do Príncipe. Na verdade, o país resume-se, hoje, praticamente, a cidade capital, seus arredores e da Trindade a Monte Café, estando tudo o resto em isolamento ou em estado de abandono. Por outro lado, orientados por um comportamento neopatrimonialista, os membros da elite política se confundem simultaneamente com os das elites empresarial e financeira, tornando muito vulnerável a governação e, dessa forma, contribuem para as várias descontinuidades referidas.

E excepto as empresas e empresários estrangeiros, que funcionam segundo os padrões de gestão ocidental, as empresas do sector formal de nacionais são demasiadamente frágeis, sobretudo devido à adoção de um paradigma de gestão tipicamente africano e estarem dependentes da função do poder político, estando quase todas em situação de falência ou de falência técnica. Um tal ambiente favoreceu o crescimento da pobreza geral que se agravou em consequência da implementação do paradigma de ruralização da economia, a partir do início dos anos noventa do século XX (Espírito Santo, 2009), que tinha subjacente as políticas da ortodoxia do paradigma dominante, incompreendidas pelas autoridades governativas locais. Foi num tal contexto que emergiu de forma espetacular o empresariado do setor informal de economia da área urbana, cujos agentes se dedicam, geralmente, à compra e venda de bens manufacturados com vista à obtenção de rendimento para suprir as suas privações mais básicas e as do seu agregado familiar. Por conseguinte, contrariamente aos empresários ocidentais (schumpeterianos), cujo objectivo é a maximização do lucro, os empresários informais são-tomenses (candongueiros) procuram emprego e rendimentos para se escaparem de uma situação de pobreza mais deprimente. Estes agentes, de pequenos negócios, são numerosos, onde o género feminino é dominante. E ao contrário dos agentes económicos protegidos pelo poder político, a prática destes comerciantes informais é congruente com as regras do paradigma normativo da economia de mercado, devido a concorrência existente entre si no quadro de comércio livre. São estes agentes e suas empresas que contribuem para evitar a escalada de aumento da pobreza absoluta em S. Tomé e Príncipe através do efeito de criação de emprego e rendimento, um problema ao qual o poder político não foi capaz de dar resposta. Consequentemente, o desempenho destes comerciantes e suas empresas, ao evitar uma situação catastrófica em termos de pobreza extrema, funciona como uma almofada para amortecer as tensões sociais e, neste sentido, acabam por beneficiar o sistema político-governativo. Por conseguinte, este empresariado – que vem de baixo para cima – tem uma dinâmica sociocultural específica de mudança e transformação social e é congruente com o paradigma de desenvolvimento local em contextos não ocidentais (cf. Espírito Santo, 2011b), do qual, no futuro, admite-se que emergirá o “empresário moderno” capaz de promover o desenvolvimento sustentável do país, tendo presente que o empresariado e a governação constituem os pilares fundamentais do desenvolvimento e internacionalização da economia.

Mas se do lado do empresariado a solução passa pelo surgimento dum “empre-

sariado moderno”, não protegido pelo poder político, a emergir no seio da dinâmica dos candongueiros e suas empresas, fica por responder a questão da problemática da governação em S. Tomé e Príncipe, uma vez que os valores culturais da elite política derivam dos valores culturais dos forros sem terra e dos forros proprietários de terra e de novos valores que emergiram no período pós-independência, os quais são resistentes à boa governação, à mudança, ao progresso e, por conseguinte, ao desenvolvimento. Por outro lado, salvo raros casos, a elite intelectual local é praticamente inexistente pelo que continuará o país privado de uma “massa crítica” para pensar o presente e o futuro em matéria do seu desenvolvimento e integração na economia mundial. Neste caso, qual deve ser a proposta de solução? Há duas vias. Uma é pressionar os membros da elite local a perceberem o desenvolvimento pelo abandono dos valores culturais contrários ao desenvolvimento, já anteriormente referidos, bem como das seguintes práticas: a cultura de festas frequentes, da sexualidade promíscua, da ganância pelo dinheiro (a elite forra nada faz – quando convidada a participar em colóquios ou a apresentar artigos recusa-se a fazê-lo senão em troca de dinheiro) e corrupção. A pressão pode vir dos forros esclarecidos residentes e/ou não residentes e de outros atores sociais, organizações internacionais ou países, entre os quais os Estados Unidos de América. Embora os norte-americanos não possam estar presentes ao mesmo tempo em todo o lugar, é importante que aumentem a vigilância sobre os políticos propensos à prática de corrupção, para a sua segurança, na medida em que estes podem desviar recursos da prática de corrupção para objetivos lesivos à segurança ou interesses dos Estados Unidos da América. Outra via é esperar que, da transformação social em curso, movida pelo grupo social dos candongueiros, surja uma elite, portadora de novos valores culturais (cultura do trabalho, de progresso e das boas práticas), com talentos, competências e capacidade de gerir, para afirmar a governação do país.

## Conclusão

Os forros são-tomenses pós-independência, seja qual for a sua origem (angular, cabo-verdiana, mestiça, ou da costa fronteira de África), são descendentes de forros sem terra e de forros proprietários de terra ou de seus cruzamentos com os diferentes grupos raciais presentes no arquipélago durante a segunda metade do século XIX. Estes forros nada têm a ver com a elite forra de origem mestiça que governou o território durante mais de dois séculos cujos valores culturais eram os de posse e de mando. Essa elite forra entrou em declínio durante a segunda metade do século XIX, em consequência da transformação social que ocorreu com o regresso de europeus no século XIX.

Os atuais forros são portadores dos mesmos valores culturais de forros sem terra e de forros proprietários de terra, aos quais se juntaram outros valores culturais que emergiram no período pós-independência. Tais valores são o clientelismo, a subserviência, a dependência, tráfico de influência, a intriga, a inveja, o excessivo desprezo pelo trabalho, a crença excessiva no oculto, o espírito de fatalidade, a crença divina,

o furto, a corrupção, o individualismo, a mendicidade e esquemas para obtenção de vantagens pessoais ou partidárias, e que por épocas de campanhas eleitorais assume a forma de “banho” (ver Espírito Santo, 2008). Esses valores culturais são resistentes ao desenvolvimento e explicam por que razão S. Tomé e Príncipe permanece até hoje num estágio de subdesenvolvimento quando comparado com a situação em Cabo Verde.

Os valores culturais dos forros foram estruturados em consequência da primeira grande rutura social ocorrida no século XVI, com o declínio da economia de açúcar e a debandada dos europeus e seus filhos mulatos para o Brasil. O território ficou nas mãos dos mestiços (descendentes remotos de europeus - netos de europeus e ou o resultado de cruzamentos entre si e com mulatos) que assumiram a posse de todas as grandes plantações e eram donos dos escravos. Foi durante o seu reinado em que o elemento relevante foi um conjunto de esquemas utilizados pelos forros sem terra com o envolvimento dos forros proprietários de terra para a obtenção de terra junto da elite forra que se estruturaram os valores culturais próprios dos forros, os quais prevalecem até ao presente. Por conseguinte, o relativo atraso de S. Tomé e Príncipe em termos de desenvolvimento, quando comparado com Cabo Verde, no período pós-independência, deve-se ao ambiente social em que se estruturaram os valores culturais dos forros os quais são resistentes ao desenvolvimento e não ao regresso de europeus no século XIX. Esses valores culturais, estranhos ao progresso, têm conduzido o país a ruturas e descontinuidades a vários níveis (económico, político, social e institucional) e retardam ou inviabilizam o seu desenvolvimento sustentável.

Terá a atual elite a percepção de que o principal bloqueio ao desenvolvimento deriva dos valores culturais dos forros que são resistentes à mudança? E estará ela sensibilizada para introduzir mudanças culturais favoráveis ao desenvolvimento do país? Ou teremos que esperar pelo surgimento de um grupo social do seio dos comerciantes informais da área urbana, dotado de talentos e competências para realizar as funções de boa governação e dum empresariado “moderno”?

## Referências

Ambrósio, António (1984). *Subsídios para a História de S. Tomé e Príncipe*. Lisboa: Livros Horizonte.

Carreira, António (1983). *Cabo Verde. Formação e extinção de uma sociedade escravocrata (1460-1878)*. In Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, 1972, 2ª ed.. Mem Martins.

Carreira, António (1984). O primeiro censo da população da capitania das ilhas de Cabo Verde (1731). *Revista de História Económica e Social*, 13, pp. 51-60.

Brito, Eduíno de (1963). A população de Cabo Verde no século XX. *Boletim Geral do Ultramar*, 39, (458-9).

Espírito Santo, Armindo (2011a). *Empresariado, Ambiente Cultural e Desenvolvimento em Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe: os rabidantes de Santiago e os candongueiros de S. Tomé. Uma abordagem comparada das suas dinâmicas*. Tese de Doutoramento, ISCTE-IUL, Lisboa, Portugal.

- Espírito Santo, Armindo (2011b). O massacre de «Bate, pá» e o lugar de Fernão Dias. *O Parvo*, Fevereiro de 2011, S. Tomé.
- Espírito Santo, Armindo (2009). *S. Tomé e Príncipe: problemas e perspectivas para o seu desenvolvimento*. Lisboa: Colibri.
- Espírito Santo, Armindo (2008). *Economia de S. Tomé e Príncipe entre o regime do partido único e o multipartidarismo*. Lisboa: Colibri.
- Eyzaguirre, Pablo (1986). *Small farmers and estates in São Tomé, West Africa*. Tese de doutoramento, Faculty of Graduate School of Yale University, Connecticut, EUA.
- Galvão, Henrique & Selvagem, Carlos (1951). *Império Ultramarino Português – monografia do império*, vol. II. Empresa nacional de Publicidade.
- Giddens, Anthony (2006). *O mundo na era da globalização*. Lisboa: Editorial Presença.
- Gonçalves, A. Custódio (1997). *Questões de Antropologia Social e Cultural*. Porto: Afrontamento.
- Kotter, John & Heskett, James (1992). *Corporate culture and performance*. New York: The Free Press.
- Lima, José Joaquim Lopes de (1844). *Ensaio sobre a Statistica das possessões portuguezas no Ultramar, Livro II, Das Ilhas de S. Thomé e Príncipe e sua Dependência*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Oliveira, Jorge E. Costa (1993). *A Economia de S. Tomé e Príncipe*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical e Instituto para a Cooperação Económica.
- Tenreiro, Francisco José (1961). A ilha de S. Tomé. *Memórias da Junta de Investigações do Ultramar*, 24, pp. 9-289.